RELAÇÃO ENTRE RELAÇÕES DE PODER E O CCC NA DITADURA MILITAR

Mariana Cavalcanti Pequeno [1]

RESUMO: O Objetivo deste trabalho consiste em colaborar com a escassa pesquisa existente acerca das perseguições políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A partir disto, busca-se apresentar uma pesquisa de importância social ao evidenciar mortes, torturas, assassinatos, bombardeios, e outras brutalidades, silenciados pela Ditadura Militar com o intuito de tornar impune tais violações ao exercício da cidadania e da liberdade de expressão. Portanto, busca-se trazer à tona as repressões e perseguições políticas para contribuir no debate sobre as violações ocorridas durante o regime militar e o aprofundamento destas a partir da instauração do AI-5.

PALAVRAS-CHAVE: Comando de Caça aos Comunistas. Ditadura Militar. Anticomunismo.

1 O EMBATE HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO CCC NO SEIO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

A Ditadura Militar ancorou-se no combate ao comunismo e as forças políticas de esquerda que vinham crescendo na América Latina após o triunfo da revolução cubana em janeiro de 1959. Por isto, o tema anticomunismo e reação das forças militares é um elemento primordial para analisar, compreender e interpretar os acontecimentos históricos que ocorreram nos anos de chumbo. Para melhor compreender esta conjuntura, recorremos ao livro Em Guarda Contra o Perigo Vermelho, do autor Rodrigo Patto Sá Motta, que nos ajuda a refletir a relação entre "anticomunismo" e a reação das forças militares. Vejamos sua explanação:

> É importante mencionar que os militares vinham sendo instigados, já há algum tempo, a entrarem em ação contra os 'comunistas'. Em diversas ocasiões, a grande imprensa publicou apelo de grupos sociais, que se voltavam para os militares como baluarte contra o 'Perigo Vermelho' ("Senhoras do Jardim Botânico pedem ao Exército que salve o Brasil do Perigo Vermelho"). David Nasser, um dos mais influentes colunistas da época, mais de uma vez provocou as FFAA á ação, cobrando o compromisso da instituição com a democracia e combate ao

> comunismo. Na hora certa, dizia ele, os militares se levantariam e cerrariam fileiras contra os comunistas, pois "[...] são [1]democratas e tem a defender, com o Brasil democrático, inclusive as suas carreiras". Nasser foi um dos principais divulgadores do argumento corporativo, ou seja, a suposição de que a vitória do comunismo implicaria a destruição das FFAA. O texto jornalístico do qual retiramos o excerto citado acima foi acompanhado de uma fotografia, que mostrava um miliciano cubano dormindo num altar católico, com os dizeres: Hoje em Cuba, amanhã no Brasil (Motta, 2002, p.210).

A atuação do Comando de Caça aos Comunistas CCC deu-se em conjunto com organismos militares que tiveram o objetivo destruir produções artísticas de resistência ao regime; depredar de instituições de ensino; assassinatos de jovens comunistas, e enfraquecimento dos movimentos sociais e estudantis. As perseguições políticas se tornaram marca desta organização, sempre apoiada pelo aparato estatal. Dentre tantos acontecimentos, destaco o panorama feito por Lopes (2014, p.260)

> Para muita gente, os acontecimentos da Rua Maria Antônia vieram a ser as mais contundentes situações-limite e de trauma que vivenciaram. Para outros, enfretamentos de guerrilha urbana e rural, desapropriações e 'justiçamentos' são seus trauma e situações-limite. Para outros, também, o envolvimento direto, funcional ou administrativo em práticas de tortura e ações terroristas de estado. Para não poucos, principalmente daqueles estudantes matriculados no 'outro lado da Rua Maria Antônia', na Universidade Mackenzie, e/ou da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, as mais consternadoras situações-limite e de trauma não advieram apenas da violência física, mental e moral perpetradas por balas, porretes, xingamentos, mas também da profunda 'nódoa' que incrustou na 'vida pública' de muitos estudantes que vieram a se tornar políticos, empresários, advogados, etc., vivos ou mortos, acusados por estreitamento de relações com grupos extremistas, publicadas na grande imprensa e que ganharam opinião pública.

Portanto, o tema dessa pesquisa entrelaça a exploração do anticomunismo como ferramenta de repressão da Ditadura Militar, em conjunto com a organização de extrema direita, o CCC, atrelado as perseguições políticas (mortes, torturas, bombardeiros e etc.) ocorridas entre 1969 a 1979.

[1] Graduada em Serviço Social pela UFPE. Mestranda em História na UNICAP.

A década de 1920 é marcada pela intensa efervescência cultural, história e política. Dentro da dialética deste movimento, o período também foi marcado com o surgimento das primeiras organizações de cunho fascista, denominada de Legião do Cruzeiro Sul, datada de 1922. Esta mesma organização estava de acordo com os princípios do movimento fascista internacional, pois é trabalhado por Pachukanis (2020, p.58) que:

> O fascismo e o movimento fascista adquiriram, dessa maneira, um significado europeu e até mundial; esse termo passou a designar quaisquer tipos de reações organizadas, direcionando a luta contra o movimento operário, em especial, contra o comunismo, e valendo-se de ações violentas.

O Brasil da década de 1920 passava por intensas ebulições emanadas dos movimentos sociais que demonstravam insatisfação com a política oligárquica do café no Sudeste e centro-oeste do país. Como resposta a este avanço, a direita brasileira constrói suas principais lideranças em conjunto com setores oligárquicos brasileiro por meio da criação do Partido Fascista Brasileiro em 1927.

A consolidação da revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos na geopolítica mundial, tendo o ano de 1922 marcado pelo início da União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), aprofundou ainda mais os conflitos entre comunismo e crescimento do fascismo. Esta última teve a Itália como percursora da doutrinação fascista do Estado. Esta doutrinação segue princípios que, segundo Pachukanis (2020, p.59)

> Pode ser determinada como uma negação consequente dos princípios liberais e democráticos: o princípio da disciplina em vez da liberdade pessoal; o princípio da hierarquia e das prescrições vindas do alto em vez da eletividade; o princípio da escolha aristocrática em vez da igualdade democrática; a representação "corporativa em vez da parlamentar etc. [...] O nacionalismo e o chauvinismo levados ao extremo ocupam o lugar central da ideologia do fascismo.

Como parte deste contexto da geopolítica mundial, O Brasil da Era Vargas também apresenta seus movimentos políticos, históricos e culturais dentro da dialética movida nas relações construídas historicamente. Em outubro de 1932 foi criação a Ação

Integralista Brasileira, AIB, tornando o partido político com expressão fascista mais importante dentro do cenário brasileiro. Os comunistas, em 1935, organizaram um levante pela construção de uma república socialista no país. Denominado de Aliança Nacional Libertadora, este levante sofreu várias repressões ao ser derrotado. O discurso anticomunista pairava pela sociedade através das igrejas, setores da imprensa, burguesia nacional e organizações fascistas, propiciando assim, um terreno favorável para um rápido aniquilamento destes setores sob a perspectiva do anticomunismo. A resposta fascista a este acontecimento, mesmo que demorada, culminou na repetição do mesmo fracasso ocorrido em 1935, quando em 1937 as forças da Ação Integralista Brasileira, encabeçada por Plinio Salgado, sofreu retaliações e repressões por parte do Governo de Getúlio Vargas, resultando assim, na prisão do líder do movimento e seu rápido aniquilamento posterior a esta prisão.

Após a segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, as tensões provocadas pelos embates entre a URSS e os Estados Unidos geraram dimensões internacionais influenciado o ordenamento político ideológico em cada país. Na América Latina, os Estados Unidos investiram no aparato militar como meio de controle e enfraquecimento ao comunismo que vinha crescendo através da obtenção de influência entre os movimentos de resistência. A Revolução Cubana culminada em 1959 alertou a necessidade da direita em combater as experiências acontecidas em Cuba e na União Soviética, culminando na criação de organizações com intuito de propagandear o anticomunismo e a moral cristã, a exemplo da criação da Sociedade Brasileira da Tradição, Família e propriedade em 1960. O Governo de João Goulart (1961-1964), fruto da renúncia do Presidente Jânio Quadros (31/01/1961 até 25/08/1961), apresentava medidas de interesse popular, como exemplo as Reformas de Base, que iam contra os anseios e necessidade de manutenção das desigualdades sociais impostas pela burguesia nacional e parte da Igreja Católica no Brasil. A reação destes últimos, impactou definitivamente o cenário da política brasileira por sua ação ancorada em preceitos fascistas e anticomunistas que acarretaram na perseguição e aniquilação de qualquer ideário de cunho de esquerda.

Neste contexto, ao redor do mundo também são idealizadas marchas de cunho anticomunista e de apelo a moral cristã. A "Cruzada do Rosário em Família", realizada nos Estados Unidos, unificou este debate e serviu de base para inspiração de marchas que aconteceriam em outros países, principalmente os de forte influência dos Estados Unidos, como os da América Latina. Dentro de cenário de iminência da tomada do poder pelas forças armadas militares do Brasil, em 1 abril de 1964 é instaurada a Ditadura militar. Como bem salienta Cancian (2008):

> As intervenções militares foram recorrentes na história da república brasileira. Antes de 1964, porém, nenhuma dessas interferências resultou num governo presidido por militares. Em março de 1964, contudo, os militares assumiram o poder por meio de um golpe e governaram o país nos 25 anos seguintes, instalando um regime ditatorial. A ditadura restringiu o exercício da cidadania e reprimiu com violência todos os movimentos de oposição. No que se refere á economia, o governo colocou em prática um projeto desenvolvimentista que produziu resultados bastante contraditórios, tendo em vista que o país ingressou numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerados, sem beneficiar, porém, a maioria da população, e em particular a classe trabalhadora.

O início dos anos de Chumbo no Brasil marca a trajetória de perseguições como meio de controle social, sendo a prática de vigilância uma notória ação encabeçada pelas forças militares. Essa vigilância se dá por meio de uma comunidade de informações postas hierarquicamente, incorporando segmentos reacionários da sociedade ao aparato militar, que atuaram no confronto as forçar políticas e sociais que visavam combater e resistir ao regime militar. Assim, criam-se condições favoráveis para a ampliação de uma repressão política, social e cultural, como exemplo, a ampliação das estruturas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No estado de Pernambuco, considerado pelos Militares como terceiro foco comunista até então existente no Brasil, este departamento possui a função de reprimir toda e qualquer propagação ideológica de cunho de esquerda na ordem de todo o estado. Cabe salientar que esta Polícia Política estuda e acumula novos saberes nas áreas de vigilância e controle social que atuaram em conjunto com os órgãos de segurança de âmbito regional e nacional.

A adoção de táticas anticomunistas torna-se a principal bandeira encabeçada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e seu trabalho conjunto com a organização "Comando de Caça aos Comunistas (CCC)" geram frutos irreparáveis aos direitos humanos, sociais e políticos no Brasil. As perseguições políticas, torturas, mortes, bombardeios, desaparecimentos, são partes das ações praticadas por estas organizações na intenção de aniquilar qualquer reação manifesta contra ordem vigente.

A maior parte destas perseguições foram frutos da ideologização do anticomunismo dentro desta organização de extrema direita. Os conflitos gerados no seio da sociedade brasileira demonstram bem as articulações promovidas para aparição do debate do anticomunismo. O sucesso da Revolução Cubana e as demais forças anti-imperialistas acontecendo na década de 60, desencadeou um anticomunismo que já existia na sociedade brasileira. O levante Comunista no ano de 1935 favoreceu a propagandeação em massa do anticomunismo na sociedade brasileira. Seja através da imprensa cultural e dos aparelhos de reprodução da hegemonia do capital. As Igrejas tiveram papel importante na divulgação dos preceitos anticomunistas, penetrando ainda mais essa imagem no senso comum. Como tal, o anticomunismo era e foi sempre vendido como combate ao terrorismo e a intolerância, a perda dos valores e costumes cristãos. Ulbrich (2019) junto com demais autores em seu artigo, remarca bem a relação existe entre os conflitos geridos por lutas anti-imperalistas em todo mundo, fortaleceu as forças militares que culminou com o golpe civil militar de 1 de Abril de 1964.

> Com a Revolução Cubana em 1959, desenvolveu-se um medo generalizado nos Estados Unidos de uma ação mais incisiva da União Soviética nas Américas, o que poderia gerar não apenas uma guerra geopolítica envolvendo armas nucleares, como também a disseminação do comunismo nas nações mais pobres da América Latina, vistos como "elos frágeis" — o que levaria ao enrijecimento da chamada Doutrina Truman. Além disso, as corridas armamentista e espacial entre EUA e URSS, bem como a intensidade propagandística, atingiram seu apogeu. Vale ainda lembrar que durante essa década aconteceriam ainda a Crise dos Mísseis, no ano de 1962 em Cuba, e a Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung, a partir de 1966, na China.
> No Brasil, esse padrão político internacional bipolar se repetia. Em 1961 assumiu como presidente João Goulart (1961-1964), político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desde os anos 1930 as

> correntes de esquerda vinham se organizando, surgindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938, as Ligas Camponesas (LC) em 1945 e a Juventude Universitária Católica (JUC) 9 em 1950, simpáticas a Goulart. Por outro lado, setores mais conservadores apoiados pelo bloco capitalista reagiram e se articularam, perpetrando, no fim, o famigerado golpe de 1964 contra Goulart e instaurando um regime que visava conter a suposta ameaça comunista.

O Comando de Caça aos Comunistas (CCC) construiu ao longo do tempo uma sigla amedrontadora, impune e poderosa. Suas ações eram planejadas e estudadas antes de qualquer tipo de engajamento. No ano de 1968 a notoriedade desta organização passa a circular entre os meios de comunicação e pela sociedade, evidenciado a força organizacional que representa a organização ligada ao aparato estatal. As diversas propagandas políticas de resistência geraram reações assinadas por tal organização. Dentre as mais importantes, destaca-se a repressão ao elenco da peça teatral Roda Viva em São Paulo e Porto Alegre e no assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto em Recife. Estas ações entraram em consonância ao endurecimento do Regime Ditatorial Militar através da implantação do AI 5, no fim dos anos 1968, corroborando para um clima de "medo e terror" na sociedade. Sendo assim, a utilização de torturas, assassinatos e sequestros tornou-se central nas empreitadas desta Organização, principalmente dos anos 1969 até 1979, gerando diversas mortes e práticas terroristas contra aqueles que se puseram contra as formas de opressões e lutaram pela construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

O saldo para a sociedade brasileira nos anos de evidência da organização do CCC resultou num terror que buscava extinguir as reivindicações provindas daqueles que lutam pela emancipação política, econômica, e social da classe trabalhadora, gerando impacto dentro das organizações de esquerda que lutavam contra a Ditadura Militar, pois o aparato estatal de repressão era maior do que as forças de luta forjadas na época. Por fim, a reflexão de Lopes (2014, p.266) evidência a importância social, política e jurídica encabeçada pela Comissão Nacional da Verdade por investigar e explanar a sociedade os crimes cometidos durante o regime militar:

> Comissões da Verdade, como as vigentes no Brasil – em âmbitos federal, estadual, municipal ou autárquico – impossibilitadas de executar reparação financeiro-criminal sobre vítimas e familiares, atêm-se a revelar e confrontar memórias para que estas não sejam esquecidas. Parece pouco, mas não o é. Em consonância ao funcionamento dessas comissões da verdade, a presente pesquisa pretendeu confrontar narrativas de ressentimento, silenciamento, bestialização/demonização para que a atuação do Comando de Caça aos Comunistas seja esquecida ou banalizada. Neste sentindo, não se pretendeu comportar textualmente aparente postura de reconciliação história, mas sim de zelo a liberdade de expressão, e de zelo á cidadania e á dignidade humana imanentes as vítimas, perpetradores e testemunhas desse tabu ou mito gerado no seio da cultura política e historiográfica brasileira. A atuação do CCC e de outros grupos paramilitares, terroristas de extrema-direita, deve ser encarada como tema também pertinente junto a outros arrolados ás atuais comissões da verdade. A omissão favorece o vigor do ressentimento e do ressentido.

A relação entre verdade e poder, aparece para Michel Foucault no que diz respeito a microfísica do poder. A possibilidade de se saber, por exemplo, numa física teórica, química organica, etc, se há uma relação entre essas ciências com as políticas e estruturas econômicas da sociedade. É difícil estabelecer entre as ciências epistemologicamente instáveis, estabelecer tal tipo de ligação. Por isso a confluência de Michel Foucault com a psiquiatria e as estruturas de poder.

> O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo ‘poder’ designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se umas às outras). (Foucault, 1982, p.217)

Quando Foucault pense sobre isso, o grande ponto dele é entender se existe uma maneira de identificar sobre o regime especifico e discursivo da verdade que faz com o que os enunciados sejam ditos e reproduzidos em nome dessa verdade validada cientificamente. No início de suas pesquisas, ele percebeu que o que ele alertava sobre a história da loucura na psiquiatria e psicologia não foi considerado válido para merecer

uma discussão. Na época, a grande discussão sobre a ciência era localizada a partir de uma perspectiva do século XIX da ciência como grande método com o objetivo de se alçar a verdade. Ao mesmo tempo, não caminhava para uma descrição minuciosa dos mecanismos de poder que por sua vez, validava os regimes discursivos e a existência de uma possibilidade de verdade.

> para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. (Foucault, 2000, p. 29).

Há duas noções incrustradas nas discussões e que por estarem de tal maneira localizadas nas discussões acadêmicas da época, também impediam tal tipo de observações. A primeira é a noção de ideologia e repressão. Foucault sinalizada a noção de ideologia carrega consigo uma ideia de um sujeito que está sempre se relacionando com outro sujeito colocado como centro da análise. Ao mesmo tempo, a ideologia irá lidar com uma noção de verdade que está para além da ideologia, como algo a ser descoberto. A noção de verdade, por sua vez, apresenta consigo que haja uma repressão instituída. E esta repressão funcione como uma instituição do poder e a verdade como algo liberto. Ao mesmo tempo, a ideologia também toma uma posição secundária dentro daquilo que se tem como observação das formações sociais. Para Foucault, o discurso e o saberes relacionam-se com a constitui as relações sociais e que é anterior a emergência das estruturas sociais, econômicas e política.

Um terceiro ponto a respeito da ideologia, é preciso retornar uma posição que é virtualmente oposta a verdade. Está localizada em conjunto com uma repressão eu seria uma motivação inicial para a verdade trazer a libertação. A simples noção de repressão nos faz desconsiderar todo o mecanismo produtivo do poder. Este mecanismo que leva a reflexão sobre se o poder é simplesmente reflexivo, qual o motivo para aceitação das pessoas. A eficácia do poder estar justamente no seu mecanismo de produção. Estes elementos nos localizam aquilo que se entende como verdade que não existe fora do

poder. A verdade irá existir no entrecruzamento nos enunciados e as relações de poder irão definir o regime especifico e discursivo sobre tais, através de instituições e métodos que são validadas para falar a verdade.

A economia política da verdade na nossa sociedade, é enumero por Foucault que a verdade é baseada nas instituições que os produzem. Ou seja, está localizada em tudo aquilo que se constrói como parte da ciência. Acontece também, dentro do campo cientifico da psicologia e ciências sociais, por exemplo, um tipo de pesquisa que está localizado como aquilo que se chama de verdade. A verdade é tão dominante que as lutas ideológicas e os confrontos sociais são para se apropriar da forma específica da verdade, e não para se transformar a forma espenica da verdade. A verdade cientifica é hegemônica de tal maneira que tudo se passa como única maneira possível de se expressar a verdade. Para isso, Foucault traz uma ideia de que os seres sociais precisam pensar os problemas políticos não em termos de ciência e ideologia. E que seriam sim, termos de verdade e ilusão. E da verdade como prática de poder como um certo tipo de poder que se movimenta e faz com que algumas instituições e sujeitos possam falar a verdade.

Através das informações usadas como recurso imprescindível no monitoramento de grupos vistos como "perigosos para sociedade", o aparato militar praticou a ampliação dos órgãos de segurança para o recolhimento e vigilância a respeito das informações que circulavam, para então, controlar os possíveis aglutinamentos de grupos vistos como "subversivos". De acordo com Berg (2002), a informação caracteriza a preconcepção de uma subversão na figura de um inimigo, obrigando a uma reação por parte institucional de controle e vigilância aos que se posicionam contrários a ordem vigente.

O início do governo do general Arthur da Costa e Silva (1967-1969) e sua transição para o Governo do Emilio Médici (1969-1974) aprofundou as perseguições e prisões políticas promovidos pelo Regime Militar. Neste período, houve a intensificação e aparelhamento de um órgão, até então criado em 1963, denominado de Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Segundo Lopes (2014, p.254):

> [...]o CCC originou-se em função do espaço e do momento oportuno para a reação contra a situação institucional, acusada de "populista" e "sindicalista", do vigente regime democrático (SILVA, 1985;

> SKIDMORE, 1976). No caso do movimento estudantil à direita, este comportava ideologias das mais conservadoras às mais reacionárias, dos liberais lacerdistas, fascistas e mesmo nazistas, ainda que seus "militantes" – se é que esta seria a correta designação – frequentassem, vezes na vida, posições "progressistas.

Desta forma, a montagem de uma polícia política foi agregada como parte do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Deste modo, intensifica-se a rede do aparato estatal em controlar tudo aquilo que era visto como ameaça a ordem militar instaurada, gerando assim, conflitos, tensões, prisões, atentados que interferiram na sociedade e produziram consequências múltiplas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismo do Silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984).** São Carlos: EDUFSPar, 2002.

CANCIAN, Renato. **Breve História do Regime Militar.** Especial para a página 3. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm. Acesso em: 06/04/2009

Foucalut, Michel..**Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Foucalut, Michel. **A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOPES, Gustavo Esteves. **Ensaios do terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas.** Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: FAPESP, 2002.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. **Fascismo.** Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020.

Ulbrich, Cláudio César Fontan, et al. **A "AMEAÇA COMUNISTA" NO BRASIL E A TEORIA DE MICHEL SCHOOYANS PARA A REAÇÃO DOS CATÓLICOS DO COMEÇO DOS ANOS 1960.** Curitiba: Cadernos de Clio, Curitiba, v. 10, nº. 1, 2019.